

DEIXANDO ALUNOS SEM AULAS

Uso de professores em campanha eleitoral da Frelimo viola a Constituição da República e desmente narrativa da Frelimo de priorização da Educação

- Segundo uma denúncia da Associação Nacional dos Professores (ANAPRO), algumas escolas de, pelo menos, seis distritos do país estão sem aulas desde o início da campanha eleitoral para as Eleições Gerais de 9 de Outubro próximo, porque os professores, forçados ou de forma voluntária, integram as caravanas de propaganda eleitoral da Frelimo, o partido no poder em Moçambique desde a Independência Nacional



Na República de Moçambique, a Educação é um direito fundamental, consagrado no artigo 88 da Constituição da República de Moçambique (CRM). Portanto, o abandono de aulas por parte dos professores para integrar as caravanas de campanha da Frelimo viola grosseiramente o direito à educação, na medida em que os alunos ficam privados desse direito num sistema de educação de per si doente.

Outrossim, a adesão, voluntária ou forçada de professores, deixando para trás o dever de dar aulas, denota uma grande contradição de Daniel Chapo, o candidato suportado pela Frelimo, que durante a campanha tem apontado a Educação como prioridade, caso seja

eleito Presidente da República. Nesse sentido, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) insta o partido Frelimo a se abster do uso de professores, sobretudo quando esses professores têm que abandonar os alunos, porque prejudicial à educação.

“A ANAPRO, por meio dos secretários provinciais e distritais, está a fazer o levantamento dos professores que largaram as suas responsabilidades de docência para se envolverem em campanhas eleitorais ou para se filiarem nos órgãos eleitorais por coacção e confiança, para fins que mancham a classe, por causa de uma imagem mal rotulada sobre os professores”, disse o porta-voz da ANAPRO, Marcos Mulima, citado pelo jornal diário digital “Canalmoz” de 17 de Setembro.

Segundo a ANAPRO, cerca de setenta professores estão envolvidos em campanha eleitoral do partido Frelimo, deixando para trás cerca de cinquenta turmas sem aulas em Monapo, Cheringoma, Larde, Xai-Xai, Homoine e Matola.

Na República de Moçambique, a Educação é um direito fundamental. O n.º 1 do artigo

88 da CRM estabelece que a Educação constitui um direito e dever do cidadão.

A adesão de professores a actividades político-partidárias, como campanha eleitoral, tem sido de forma voluntária e sob coação, ameaça e chantagens. Casos há em que os professores e outros funcionários públicos são obrigados a contribuir em valores mon-

etários para actividades da Frelimo.

Ora, independentemente da forma de adesão (voluntária ou forçada), o abandono de aulas por parte dos professores para integrar as caravanas de campanha da Frelimo viola grosseiramente o direito à Educação, na medida em que os alunos ficam privados desse direito num sistema de Educação de per si doente¹.

Uma grande contradição

Durante os vários comícios no âmbito da campanha eleitoral, o candidato suportado pela Frelimo, Daniel Chapo, tem estado a apontar a Educação como aquele sector que vai merecer especial atenção, caso seja eleito Presidente da República.

Falando em 29 de Agosto, no distrito de Chifunde, província de Tete, Chapo disse que a Educação era um sector-chave para impulsionar o desenvolvimento a todos os níveis.

“Temos que virar as atenções para o homem. Não é possível desenvolver Moçambique sem olhar para o factor humano. Vamos cuidar da saúde da nossa população. Vamos educar bem a nossa população”, disse o candidato da Frelimo. E acrescentou que a Educação era uma área importante para o desenvolvimento. “Não há desenvolvimento sem educação e achamos que os nossos jovens precisam de saber de onde é que estamos a sair, onde é que nós estamos e para onde é que vamos. Para isso, precisamos introduzir disciplinas importantes na Educação”, referiu.

Na ocasião, garantiu que o seu governo iria dialogar com os profissionais do sector da Educação para entender da melhor forma as questões centrais levantadas e encontrar soluções airoas, com o objectivo de recolocar o sector a carburar como deve ser e alcançar os objectivos preconizados.

Ora, tendo em conta a promessa de Chapo, uma questão se faz pertinente. Como é que o indivíduo que permite que alunos fiquem sem aulas durante 45 dias, porque os professores desses alunos estão a fazer campanha para si e para o partido do qual é secretário-geral, pode investir na Educação? Para o CDD, há aqui uma grande contradição por parte de Daniel Chapo.

Por isso, o CDD insta o partido Frelimo a se abster do uso de professores, sobretudo quando esses professores têm que abandonar os alunos, porque prejudicial à Educação e violador do direito à Educação, num sistema de Educação de per si doente.



Não há desenvolvimento sem educação e achamos que os nossos jovens precisam de saber de onde é que estamos a sair, onde é que nós estamos e para onde é que vamos. Para isso, precisamos introduzir disciplinas importantes na Educação

¹ <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-que-solu%C3%A7%C3%B5es-para-os-cr%C3%B3nicos-desafios-no-ensino/a-61996133>




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

